

**CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA**

Aidil Lucena Carvalho

Amanda Waquim

Bertoído Rêgo

Eduardo Gomes

Lorena Costa Pereira

Rodrigo Pires Ferreira Lago

Sálvio Dino Júnior

Tatiana Costa

# DIREITO ELEITORAL

• **Conforme:**

- RESOLUÇÃO TSE Nº 23.731/2024: Altera a Resolução-TSE nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições.
- RESOLUÇÃO TSE Nº 23.732/ 2024: Altera a Res.-TSE nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019, dispondo sobre a propaganda eleitoral.
- RESOLUÇÃO TSE Nº 23.735/2024: Dispõe sobre os ilícitos eleitorais.
- RESOLUÇÃO TSE Nº 23.736/2024: Dispõe sobre os atos gerais do processo eleitoral para as eleições municipais de 2024.

**5ª EDIÇÃO**

Revista, Atualizada e Ampliada



**IMPERIUM**  
EDITORA E DISTRIBUIDORA

## **DIREITO ELEITORAL - 5ª EDIÇÃO**

© Carlos Eduardo de Oliveira Lula  
EDITORA IMPERIUM 2024

### **Catálogo na publicação**

**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

L748c

Lula, Carlos Eduardo de Oliveira.

Direito Eleitoral - 5ª Edição / Carlos Eduardo de Oliveira Lula – Leme/SP: Editora Imperium, 2024.

846p.; 16 x 23 cm

ISBN 978-65-6090-015-8

1. Direito eleitoral. 2. Tribunal Superior Eleitoral. I. Lula, Carlos Eduardo de Oliveira.  
II. Título.

CDD 342.8107

### **Índice para catálogo sistemático**

1. Direito eleitoral. 2. Tribunal Superior Eleitoral. II. Título.

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à  
**Imperium Editora e Distribuidora de Livros Ltda**  
Rua Ephrain Rodrigues Alves, nº 128 - Jardim Claudia  
Cep: 13610-720 – Leme-SP – Tel.: (19) 3554-4109  
[www.editoraimperium.com.br](http://www.editoraimperium.com.br)  
e-mail: [editora@editoraimperium.com.br](mailto:editora@editoraimperium.com.br)  
[imperium.editora@gmail.com](mailto:imperium.editora@gmail.com)

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO I

<b>O DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO E SUA HISTÓRIA .....</b>	<b>37</b>
1.1 O elo entre o direito eleitoral e a democracia .....	37
1.1.1 Essa tal democracia .....	38
1.1.2 Um sentido para a Constituição .....	40
1.1.3 O Direito Eleitoral .....	43
1.2 O direito eleitoral brasileiro entre a Constituição e a realidade .....	45
1.2.1 A Constituição de 1824 .....	45
1.2.2 A Constituição de 1891 .....	47
1.2.3 A Constituição de 1934 .....	49
1.2.4 A Constituição de 1937 .....	50
1.2.5 A Constituição de 1946 .....	52
1.2.6 A Constituição de 1967 .....	53
1.2.7 A Constituição de 1969 .....	53
1.2.8 A Constituição de 1988 .....	55

## CAPÍTULO II

<b>PRINCÍPIOS DO DIREITO ELEITORAL .....</b>	<b>59</b>
2.1 Princípios Instrumentais de Interpretação .....	63
2.1.1 Supremacia da Constituição .....	63
2.1.2 Presunção de Constitucionalidade dos atos do Poder Público .....	64
2.1.3 Unidade da Constituição .....	64
2.1.4 Proporcionalidade e Razoabilidade .....	66
2.1.5 Efetividade da Constituição .....	69
2.2 Princípios Constitucionais Fundamentais .....	71
2.2.1 Republicano .....	71
2.2.2 Estado Democrático de Direito .....	72
2.2.3 Cidadania .....	74
2.2.4 Pluralismo Político .....	74
2.2.5 Princípio Presidencialista .....	75
2.2.6 Princípio Federativo .....	76
2.3 Princípios Constitucionais Gerais .....	76
2.3.1 Segurança Jurídica .....	76
2.3.2 Devido Processo Legal .....	78
2.3.3 Contraditório e Ampla Defesa .....	79
2.3.4 Juiz e Promotor Naturais .....	79
2.3.5 Culpabilidade .....	81

2.4 Princípios Constitucionais Setoriais atinentes ao Direito Eleitoral .....	82
2.4.1 Princípio da Anualidade ou da anterioridade.....	82
2.4.1.1 O sentido da expressão processo eleitoral .....	85
2.4.1.2 O sentido de “lei”.....	88
2.4.1.3 As resoluções do TSE.....	90
2.4.2 Princípio da Lisura das Eleições.....	93
2.4.3 Princípio do Aproveitamento do Voto .....	94
2.4.4 Princípio da Vedação de Restrição de Direitos Políticos .....	96
2.4.5 Princípio da Liberdade de Propaganda Política .....	96
2.4.6 Princípio da Liberdade Partidária .....	97
2.4.7 Princípio da Periodicidade da Investidura das Funções Eleitorais .....	98
2.4.8 Princípio da Celeridade.....	98

### **CAPÍTULO III**

<b>ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL .....</b>	<b>101</b>
3.1 Sistemas de Controle do Processo Eleitoral.....	101
3.1.1 Sistema Legislativo ou Clássico .....	101
3.1.2 Sistema Jurisdicional .....	102
3.1.3 Sistema Misto ou Eclético .....	103
3.2 Fases do processo eleitoral e limitação da competência da Justiça Eleitoral .....	104
3.2.1 Matéria interna corporis dos partidos políticos .....	106
3.2.2 Ordem de convocação de suplente .....	107
3.2.3 Ação Declaratória de perda de mandato por infidelidade partidária ...	107
3.2.4 Plebiscito e criação de novos municípios .....	108
3.2.5 Retificação de dados do cadastro do eleitor .....	108
3.2.6 Execução Fiscal de multa eleitoral e Ação de Anulação de débito de-	
corrente de multa eleitoral .....	108
3.3 Órgãos da Justiça Eleitoral .....	109
3.3.1 Tribunal Superior Eleitoral.....	109
3.3.1.1 Composição.....	109
3.3.1.2 Competência.....	113
3.3.1.2.1 Competência Originária (art. 22, CE).....	113
3.3.1.2.2 Competência Privativa (art. 23, CE).....	117
3.3.2 Tribunal Regional Eleitoral .....	118
3.3.2.1 Composição.....	118
3.3.2.2 Competência .....	120
3.3.3 Juízes Eleitorais.....	122
3.3.4 Juntas Eleitorais .....	124
3.4 Organização do eleitorado e divisão da Justiça Eleitoral.....	126
3.4.1 Circunscrição, zona e seção eleitoral.....	126

**CAPÍTULO IV**

<b>MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....</b>	<b>129</b>
4.1 Composição.....	129
4.1.1 Princípios.....	131
4.2 Atribuições.....	133
4.3 Garantias, vedações e impedimentos .....	133
4.3.1 O exercício de atividade político-partidária por membro do MP.....	134
4.3.1.1 Membros do MP que ingressaram após a EC 45.....	134
4.3.1.2 Membros do MP que ingressaram antes da CF/88.....	135
4.3.1.3 Membros do MP que ingressaram após a CF/88 e antes da EC 45..	137

**CAPÍTULO V**

<b>O DIREITO DE SUFRÁGIO E OS SISTEMAS ELEITORAIS.....</b>	<b>141</b>
5.1 O direito de sufrágio.....	141
5.1.1 Distinção entre sufrágio, voto e escrutínio .....	141
5.1.2 O voto em trânsito.....	145
5.1.3 Referendo, plebiscito e iniciativa popular.....	146
5.1.3.1 Iniciativa popular .....	146
5.1.3.2 O plebiscito e o referendo .....	148
5.2 Sistemas Eleitorais .....	148
5.2.1 Sistema ou Princípio Majoritário .....	150
5.2.2 Sistema ou princípio da representação proporcional.....	155
5.3 Fidelidade Partidária e perda do mandato eletivo .....	164
5.3.1 O ressurgimento da fidelidade partidária.....	164
5.3.2 A disciplina normativa da fidelidade partidária .....	167
5.3.3 Hipóteses de Justa Causa .....	167
5.3.3.1 Mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário ...	168
5.3.3.2 Grave discriminação pessoal.....	169
5.3.3.3 A Janela Eleitoral.....	170
5.3.3.4 Anuência do partido .....	170
5.3.3.5 Não cumprimento da cláusula de barreira .....	171
5.3.3.6 Incorporação, fusão e criação de novo partido .....	172
5.3.4 Processo de perda de mandato e de justificação de desfiliação partidária.	173
5.3.4.1 Competência .....	174
5.3.4.2 Legitimidade ativa e passiva.....	174
5.3.4.3 Procedimento.....	175
5.3.4.4 Efeitos da decisão e recursos .....	176

**CAPÍTULO VI**

<b>CIDADANIA E DIREITOS POLÍTICOS.....</b>	<b>177</b>
6.1 Direitos políticos, cidadania e sufrágio: traçando distinções .....	177

6.2 Perda, suspensão e cassação de direitos políticos .....	182
6.2.1 Capacidade Eleitoral e cassação de direitos políticos .....	182
6.2.2 Perda de Direitos Políticos.....	185
6.2.2.1 Cancelamento da naturalização por sentença judicial .....	185
6.2.2.2 Perda da Nacionalidade Brasileira por ato voluntário (Art. 12 §4º, II CF/88).....	186
6.2.2.3 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa .....	187
6.2.3 Suspensão de Direitos Políticos .....	189
6.2.3.1 Incapacidade Civil Absoluta .....	189
6.2.3.2 Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos .....	191
6.2.3.3 Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º da CF-88..	193
6.2.4 Os Conscritos .....	194
6.3 Privação de direitos políticos e perda de cargo público por agente político .....	196

## CAPÍTULO VII

<b>ALISTAMENTO E DOMICÍLIO ELEITORAL.....</b>	<b>199</b>
7.1 O Alistamento Eleitoral .....	199
7.1.1 Noções Gerais .....	199
7.1.2 Obrigatoriedade, facultatividade e impedimento ao alistamento.....	200
7.1.2.1 Alistamento Obrigatório.....	200
7.1.2.2 Alistamento Facultativo .....	203
7.1.2.3 Os impedidos de alistar-se .....	205
7.1.3 Consequências do não alistamento .....	205
7.1.4 Procedimento para o alistamento .....	206
7.1.5 Recurso contra decisão que decide o pedido de alistamento eleitoral .....	207
7.1.6 Cancelamento da Inscrição Eleitoral (art. 71-81 CE).....	208
7.2 O Domicílio Eleitoral .....	209
7.2.1 O alistamento originário.....	209
7.2.2 Transferência (arts. 55-61 Cód. Eleitoral) .....	210
7.3 Correição e Revisão Eleitoral .....	213

## CAPÍTULO VIII

<b>ELEGIBILIDADE, INELEGIBILIDADE E INABILITAÇÃO PARA O MANDATO ELETIVO .....</b>	<b>215</b>
8.1 Elegibilidade, Inelegibilidade e Registrabilidade: pressupostos teóricos .....	215
8.1.1 A teoria de Adriano Soares da Costa .....	218
8.1.2 Momento de aferição .....	219
8.2 Das Condições de Elegibilidade.....	225
8.2.1 Nacionalidade brasileira .....	225
8.2.2 Pleno exercício dos direitos políticos.....	227

8.2.3 Alistamento eleitoral .....	228
8.2.4 Domicílio eleitoral na circunscrição .....	229
8.2.5 Filiação partidária .....	230
8.2.6 Idade mínima .....	236
8.3 Causas de Inelegibilidade .....	238
8.3.1 Analfabetismo.....	239
8.3.2 Inalistabilidade .....	243
8.3.3 Casamento ou parentesco com titular do Poder Executivo (inelegibilidade reflexa – art. 14 §7º CF/88) .....	244
8.3.4 Incompatibilidade pelo exercício de cargo, função ou emprego.....	259
8.3.4.1 De Chefes do Poder Executivo (art. 14 §6º CF/88).....	260
8.3.4.2 Dos vice-titulares do Poder Executivo (art. 1º §2º LC n.º 64/90) .....	260
8.3.4.3 Para a disputa da Presidência e da Vice-Presidência da República (art. 1º, II, LC n.º 64/90) .....	263
8.3.4.4 Para a disputa de Governador e Vice-Governador (art. 1º, III, LC n.º 64/90) .....	276
8.3.4.5 Para a disputa de Prefeito e Vice-Prefeito (art. 1º, IV, LC n.º 64/90) .....	278
8.3.4.6 Para a disputa de Senador (art. 1º, V, LC n.º 64/90).....	282
8.3.4.7 Para a disputa de Deputados Federais, Estaduais e Distritais (art. 1º, VI, LC n.º 64/90) .....	283
8.3.4.8 Para a disputa de Vereador (art. 1º, VII, LC n.º 64/90) .....	283
8.3.4.9 Renovação de Eleição ou Eleição Suplementar .....	285
8.3.5 Desvio de Conduta ou conduta incompatível com o princípio da moralidade .....	286
8.3.5.1 Aplicabilidade do princípio da moralidade: a Lei da Ficha Limpa.....	286
8.3.5.2 Art. 1º, I, alíneas “b” a “q” da LC n.º 64/90.....	289
8.3.5.3 O afastamento da inelegibilidade mediante liminar .....	316
8.3.5.4 A Lei da Ficha Limpa e a retroatividade .....	319
8.4 Reeleição ou Reelegibilidade.....	321
8.5 Inabilitação para o mandato eletivo .....	330
8.6 A elegibilidade do militar .....	332

## CAPÍTULO IX

<b>ESCOLHA E REGISTRO DE CANDIDATURAS .....</b>	<b>337</b>
9.1 Convenções Partidárias para a escolha do candidato .....	337
9.2 As coligações partidárias.....	342
9.2.1 Coligações Majoritárias .....	344
9.2.2 Coligações Proporcionais.....	346
9.2.3 Federação Partidária .....	346
9.2.4 Verticalização ou Princípio da Coerência .....	347
9.3 Quem pode ser candidato .....	349
9.4 Condições de Registrabilidade.....	351

9.4.1 A quitação eleitoral .....	353
9.4.1.1 Inexistência de multas aplicadas .....	356
9.4.1.2 Regular prestação de contas .....	357
9.4.2 Fidelidade Programática?.....	364
9.5 Competência para o registro .....	365
9.6 Legitimidade e prazo para o registro.....	366
9.7 Nome, número e quantidade de candidatos .....	367
9.7.1 Nome e Número dos Candidatos.....	367
9.7.2 Candidaturas Coletivas .....	369
9.7.3 Quantidade de Candidatos.....	370
9.8 Procedimento do registro de candidatura .....	375
9.9 Cancelamento do registro e substituição de candidatos .....	376

## **CAPÍTULO X**

<b>PROPAGANDA POLÍTICO-ELEITORAL .....</b>	<b>381</b>
10.1 Noção .....	381
10.2 Princípios Informativos da propaganda política.....	382
10.3 Distinções. As espécies de propaganda política.....	383
10.3.1 A propaganda partidária.....	383
10.3.1.1 A propaganda partidária no rádio e na televisão .....	384
10.3.1.2 Outras formas de propaganda partidária .....	386
10.3.2 A propaganda intrapartidária.....	387
10.3.3 A publicidade institucional.....	389
10.4 Propaganda Eleitoral .....	392
10.4.1 Considerações iniciais .....	392
10.4.2 O período permitido da propaganda eleitoral e a propaganda extemporânea.....	394
10.4.2.1 O início da propaganda eleitoral.....	394
10.4.2.2 O término da propaganda eleitoral .....	395
10.4.2.3 Propaganda extemporânea ou antecipada.....	397
10.4.2.3.1 Propaganda antecipada negativa.....	402
10.4.2.3.2 Representação por propaganda eleitoral extemporânea.....	402
10.4.3 A propaganda eleitoral e as formas permitidas por lei.....	405
10.4.3.1 Regras Gerais.....	405
10.4.3.1.1 Posturas Municipais e Poder de Polícia .....	408
10.4.3.1.2 Prioridades .....	410
10.4.3.2 Propaganda em bem público .....	411
10.4.3.3 Propaganda em bem de uso comum.....	413
10.4.3.4 Propaganda em bens que dependam de cessão ou permissão do Poder público.....	415
10.4.3.5 Propaganda em bens particulares.....	416
10.4.3.6 Outros meios de propaganda.....	419

10.4.4 Propaganda eleitoral na imprensa escrita.....	431
10.4.5 Propaganda eleitoral no rádio e na televisão.....	433
10.4.5.1 As Proibições .....	433
10.4.5.2 Debates e entrevistas .....	438
10.4.5.3 Horário Eleitoral Gratuito .....	441
10.4.5.3.1 Conteúdo das gravações.....	444
10.4.5.3.2 Ridicularização de candidato .....	445
10.4.5.3.3 Invasão e participação de outros candidatos e apoiadores.....	445
10.4.5.3.4 Primeiro Turno.....	447
10.4.5.3.5 Segundo Turno .....	451
10.4.6 Propaganda na Internet .....	452
10.4.6.1 Propaganda nas plataformas de tecnologia e redes sociais.....	453
10.4.6.2 O início da propaganda eleitoral na internet .....	457
10.4.6.3 O término da propaganda eleitoral .....	458
10.4.6.4 Formas de propaganda eleitoral permitidas na internet.....	458
10.4.6.5 Impulsionamento de Conteúdos .....	460
10.4.6.6 Proibições à propaganda eleitoral na internet .....	463
10.4.6.7 A responsabilidade dos provedores de conteúdo na internet...	466
10.4.6.8 Da Remoção de Conteúdo da Internet .....	467
10.4.6.9 Da Requisição Judicial de Dados e Registros Eletrônicos .....	469
10.4.6.10 As inovações da Resolução TSE nº 23.734/2024 para a Propaganda na Internet .....	470
10.4.6.10.1 A realização de Propaganda Eleitoral por influencers nas redes sociais.....	471
10.4.6.10.2 Live eleitoral .....	471
10.4.6.10.3 Inteligência Artificial .....	472
10.4.6.10.4 Vedação de utilização de deep fakes.....	473
10.4.6.10.5 Desinformação na Propaganda Eleitoral e a atuação das agências de checagem .....	474
10.4.6.11 A representação por propaganda irregular na internet .....	474
10.5 Pesquisas e testes eleitorais e pré-eleitorais.....	475
10.5.1 Conceito .....	476
10.5.2 Data a partir da qual é obrigatório o registro prévio .....	477
10.5.3 Órgão competente para o registro .....	478
10.5.4 Requisitos legais e procedimento para o registro .....	478
10.5.5 Divulgação de pesquisa eleitoral na internet .....	482
10.6 Direito de resposta.....	483
10.6.1 Na imprensa escrita .....	486
10.6.2 Na programação normal do rádio e da televisão .....	487
10.6.3 No horário eleitoral gratuito.....	488
10.6.4 Na internet.....	489
10.6.5 Aspectos Processuais .....	491
10.6.6 Outros Aspectos relacionados ao Direito de Resposta .....	492

10.7 Representação por propaganda eleitoral irregular .....	492
10.7.1 Hipóteses de Cabimento .....	494
10.7.2 Legitimidade ativa e passiva.....	494
10.7.3 Competência.....	496
10.7.4 Reunião das ações comuns.....	497
10.7.5 Procedimento .....	498
10.7.5.1 Prazo para o ajuizamento.....	498
10.7.5.2 Petição Inicial e Defesa .....	499
10.7.5.3 Produção probatória .....	501
10.7.5.4 Julgamento e Recursos .....	501

## **CAPÍTULO XI**

<b>A VOTAÇÃO E OS ATOS PREPARATÓRIOS À VOTAÇÃO.....</b>	<b>505</b>
11.1 Os programas de computação.....	505
11.2 A preparação das urnas eletrônicas .....	506
11.3 As mesas receptoras de votos .....	511
11.3.1 Composição e trabalhos.....	511
11.3.2 O material de trabalho .....	517
11.3.3 Procedimento de impugnação .....	517
11.4 A polícia dos trabalhos eleitorais e a fiscalização perante as mesas receptoras.....	518
11.5 O dia das eleições .....	520
11.5.1 O local de votação .....	520
11.5.2 As garantias eleitorais da votação.....	521
11.5.2.1 Limitação à efetuação de prisões.....	522
11.5.2.2 Salvo conduto contra violência ao eleitor.....	523
11.5.2.3 Interferência na liberdade do voto .....	524
11.5.2.4 Limitações à atuação da força pública .....	525
11.5.2.5 Prioridade Postal.....	525
11.5.2.6 Propaganda eleitoral, transporte e alimentação de eleitores ....	526
11.5.2.7 Funcionamento do Comércio.....	527
11.5.3 A votação .....	527
11.5.3.1 Impugnação à identidade do eleitor .....	532
11.5.4 A possibilidade de votação por cédulas .....	533
11.5.5 Justificativa por não votar.....	534

## **CAPÍTULO XII**

<b>APURAÇÃO, PROCLAMAÇÃO, DIPLOMAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS .....</b>	<b>537</b>
12.1 Apuração e proclamação dos eleitos .....	537
12.1.1 Competência e Procedimento da apuração.....	537
12.1.2 Apuração por meio de cédulas.....	538
12.1.3 Validade e nulidade dos votos .....	539

12.1.4 Fiscalização perante as Juntas Eleitorais, recurso contra a apuração e pedido de recontagem.....	543
12.1.5 Proclamação dos eleitos.....	545
12.2 Diplomação .....	545
12.2.1 Natureza Jurídica.....	545
12.2.2 Competência para diplomação .....	548
12.2.3 Prazo e local para diplomar.....	549
12.2.4 Fiscalização e Impugnações.....	551
12.2.5 Efeitos eleitorais e constitucionais.....	552
12.3 Posse.....	554

## CAPÍTULO XIII

<b>NULIDADES ELEITORAIS .....</b>	<b>555</b>
13.1 Teoria Geral das Nulidades.....	555
13.1.1 Proibição da pronúncia de nulidades sem demonstração de prejuízo - pas de nullité sans grief .....	558
13.1.2 Proibição da parte que deu causa à nulidade requerer sua declaração....	560
13.1.3 Preclusão das nulidades.....	561
13.2 Nulidades da Votação .....	562
13.3 Nulidades do Voto .....	564
13.4 Renovação das Eleições (art. 224 CE) .....	567
13.4.1 Nulidade de votos ou da votação? .....	568
13.4.2 Renovação da eleição nos dois últimos anos de mandato.....	579
13.4.3 Participação do candidato que deu causa à nulidade na nova eleição .....	582
13.5 Eleição Suplementar .....	582

## CAPÍTULO XIV

<b>FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS E PRESTAÇÃO DE CONTAS.....</b>	<b>585</b>
14.1 O início das atividades de campanha eleitoral .....	588
14.2.1 Solicitação do registro do candidato .....	589
14.2.2 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) .....	589
14.2.3 Abertura de conta bancária específica para a movimentação financeira de campanha.....	590
14.2.4 Documentação da arrecadação e obtenção dos recibos eleitorais....	594
14.3 Arrecadação de recursos para a campanha .....	596
14.3.1 Momento da arrecadação .....	596
14.3.2 Formas de arrecadação.....	599
14.3.2.1 Arrecadação em dinheiro.....	599
14.3.2.2 Contribuições estimáveis em dinheiro.....	603
14.3.2.3 Comercialização de bens e eventos.....	604
14.3.2.4 Repasses dos órgãos de direção partidária.....	605

14.3.2.4.1 Acesso ao Fundo Partidário .....	609
14.3.2.4.2 O Fundo Especial de Financiamento de Campanha .....	612
14.3.2.4.3 O Financiamento Proporcional da quota eleitoral de gênero .....	614
14.3.2.4.4 O Financiamento Proporcional das candidaturas por critérios étnicos e raciais .....	615
14.3.3 Fontes de arrecadação vedadas .....	617
14.3.4 Limites de doação .....	619
14.3.5 Representação por excesso de doação .....	623
14.3.5.1 Prazo para ajuizamento .....	624
14.3.5.2 Legitimidade .....	625
14.3.5.3 Competência .....	626
14.3.5.4 Procedimento .....	627
14.3.5.5 Sanções .....	628
14.4 Gastos Eleitorais .....	629
14.4.1 Período de realização e limites de gastos .....	630
14.4.2 Gastos permitidos e vedados .....	633
14.4.3 Despesas feitas pelo eleitor .....	636
14.4.4 As sobras de campanha .....	637
14.5 Prestação de contas .....	637
14.5.1 O dever de prestar contas .....	637
14.5.2 Prestação de contas parciais, final e retificações .....	640
14.5.2.1 Prestação de Contas Simplificada .....	643
14.5.3 Exame e julgamento das contas pela Justiça Eleitoral .....	644
14.6 Representação por captação ou gastos ilícitos de recursos (art. 30-A) .....	648
14.6.1 Hipóteses de Cabimento .....	648
14.6.2 Bem Jurídico protegido .....	649
14.6.3 Legitimidade ativa .....	652
14.6.4 Legitimidade passiva .....	654
14.6.5 Competência .....	655
14.6.6 Procedimento e fase recursal .....	656
14.6.6.1 Marco inicial e final para propositura da ação .....	656
14.6.6.2 Procedimento .....	658
14.6.6.3 Efeitos da decisão .....	660

## CAPÍTULO XV

<b>CONDUTAS VEDADAS .....</b>	<b>661</b>
15.1 Noções introdutórias .....	661
15.1.1 Potencialidade do ato? .....	662
15.2 Condutas vedadas em caráter permanente .....	668
15.2.1 Cessão ou uso de bem público (art. 73, I) .....	669
15.2.2 Uso de materiais ou serviços pagos pelo Poder Público (art. 73, II) ..	673
15.2.3 Cessão ou uso dos serviços de empregados ou servidores públicos para comitês de campanha (art. 73, III) .....	675

15.2.4 Distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados pelo Poder Público (art. 73, IV c/c art. 73 §§10, 11) .....	677
15.3 Condutas vedadas em caráter temporário .....	678
15.3.1 Nomeação, contratação, admissão ou demissão sem justa causa de servidor público ou qualquer ato que impeça seu regular exercício profissional (art. 73, V).....	679
15.3.2 Transferências de recursos, publicidade e pronunciamentos (art. 73, VI).....	681
15.3.3 Gastos com publicidade oficial acima da média (art. 73, VII) .....	686
15.3.4 Revisão geral da remuneração dos servidores públicos (art. 73, VIII).....	686
15.3.5 Contratação de shows artísticos para inauguração de obras públicas (art. 75).....	687
15.3.6 Participação em inauguração de obras públicas (art. 77) .....	687
15.4 Representação por prática de conduta vedada.....	690
15.4.1 Prazo para o ajuizamento da ação.....	690
15.4.2 Legitimidade ativa e passiva.....	690
15.4.2.1 Legitimados ativos .....	691
15.4.2.2 Legitimados passivos .....	692
15.4.2.3 Litisconsórcio Ativo e Passivo .....	693
15.4.3 Competência.....	694
15.4.4 Procedimento .....	695
15.4.5 Sanção e execução imediata da decisão .....	695
15.4.6 Os reflexos da Lei n.º 14.230/2021 nas condutas vedadas .....	697

## CAPÍTULO XVI

<b>CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO .....</b>	<b>701</b>
16.1 O surgimento da lei n.º 9.840/99.....	701
16.2 Constitucionalidade do art. 41-A da lei n.º 9.504/97.....	703
16.3 Configuração da captação ilícita de sufrágio .....	706
16.3.1 Sujeito Ativo .....	709
16.3.2 Sujeito passivo e individualização do eleitor .....	711
16.3.3 Finalidade Específica.....	714
16.3.4 Potencialidade Lesiva .....	717
16.3.5 Condutas não amoldadas no tipo .....	718
16.4 Período de incidência do art. 41-A .....	720
16.5 Representação por captação ilícita de sufrágio .....	721
16.5.1 Prazo decadencial para o ajuizamento da ação?.....	721
16.5.2 Legitimidade.....	724
16.5.3 Juízo Competente .....	724
16.5.4 Procedimento.....	727
16.5.5 Execução imediata da decisão.....	729
16.5.6 Captação de sufrágio e conexão com outros ilícitos eleitorais .....	730
16.6 Efeitos da decisão .....	733

## **CAPÍTULO XVII**

<b>AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA.....</b>	<b>735</b>
17.1 O pedido de registro de candidatura.....	735
17.2 Objetivo e causa de pedir.....	736
17.3 Legitimidade ativa.....	738
17.3.1 Candidatos.....	738
17.3.2 Partido Político e Coligação.....	738
17.3.3 Ministério Público.....	739
17.3.4 Cidadão.....	740
17.4 Legitimidade passiva.....	741
17.5 Competência.....	742
17.6 Procedimento.....	742
17.7 Julgamento.....	743
17.8. Inelegibilidade Superveniente.....	744

## **CAPÍTULO XVIII**

<b>AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL.....</b>	<b>747</b>
18.1 Natureza Jurídica.....	747
18.2 Hipóteses de Cabimento. O abuso de poder no processo eleitoral.....	748
18.2.1 Bem Jurídico protegido.....	748
18.2.2 Abuso de poder econômico.....	750
18.2.3 Abuso de poder de autoridade.....	752
18.2.4 Transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários.....	753
18.2.5 Utilização indevida de veículos e meios de comunicação social.....	754
18.2.6 Captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas.....	757
18.2.7 Fraude à quota de gênero.....	758
18.3 Legitimidade ativa.....	760
18.3.1 Candidatos.....	760
18.3.2 Partido Político e Coligação.....	760
18.3.3 Ministério Público.....	761
18.3.4 Cidadão.....	761
18.4 Legitimidade passiva.....	762
18.5 Competência.....	765
18.6 Procedimento.....	767
18.6.1 Marco inicial e final para propositura da ação.....	767
18.6.2 Procedimento.....	770
18.7 Efeitos da decisão em AIJE.....	774

## **CAPÍTULO XIX**

<b>AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO.....</b>	<b>777</b>
19.1 Marco Legal.....	777
19.2 Hipóteses de Cabimento.....	777
19.2.1 Fraude.....	779

19.2.2	Corrupção.....	781
19.2.3	Abuso de poder econômico.....	782
19.2.4	Potencialidade Lesiva em AIME?.....	784
19.3	Legitimidade ativa.....	785
19.4	Legitimidade passiva.....	787
19.5	Competência.....	788
19.6	Procedimento.....	789
19.6.1	Prazo para ajuizamento.....	789
19.6.2	Segredo de justiça e gratuidade da ação.....	791
19.6.3	Procedimento.....	791
19.6.4	AIME e conexão com outras ações.....	793
19.7	Efeitos da decisão em AIME.....	796
19.7.1	Decretação de inelegibilidade?.....	796
19.7.2	Execução imediata da decisão.....	798
19.7.3	Renovação das eleições?.....	799

## CAPÍTULO XX

<b>RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA.....</b>	<b>803</b>
20.1 Natureza jurídica.....	803
20.1.1 A Lei nº. 12.891/2013 e o RCED 884.....	804
20.2 Hipóteses de cabimento do RCED.....	806
20.2.1 Inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato.....	806
20.3 Legitimidade ativa e passiva.....	809
20.4 Competência.....	811
20.5 Prazo e Procedimento.....	814
20.6 O problema da produção de prova em RCED.....	816
20.6.1 A prova pré-constituída.....	816
20.7 Efeitos do RCED.....	818

## CAPÍTULO XXI

<b>RECURSOS ELEITORAIS.....</b>	<b>821</b>
21.1 Meios de Impugnação das decisões judiciais.....	821
21.2 Esboçando regras gerais sobre os recursos eleitorais.....	822
21.2.1 Irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	822
21.2.2 Ausência de efeito suspensivo.....	823
21.2.3 Os prazos processuais e a preclusão.....	826
21.2.4 “Prejulgados”.....	828
21.3 Recursos contra decisões da Junta Eleitoral.....	829
21.4 Recursos contra decisões do Juiz Eleitoral.....	829
21.5 Recursos contra decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	830
21.6 Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	833

<b>REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>835</b>
--	------------